NOTÍCIAS AFRICANAS 48

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL 21 A 27 DE FEVEREIRO DE 1994

ÁFRICA DO SUL

A pesada herança econômica do 'apartheid'

Quatro décadas de *apartheid* vão deixar como herança um alarmante desequilíbrio econômico para o primeiro governo democrático da Africa do Sul que sairá das eleições de abril próximo. Alguns indicadores básicos podem dar uma amostra disso. A renda *per capita* dos negros é apenas um décimo da dos brancos, sendo que 95% das famílias negras auferem uma renda inferior a 750 *rands* (cerca de US$ 200) por mês. Aproximadamente metade da mão-de-obra negra está sem trabalho, vivendo de biscates ou coisa pior. Aliás, dos 30 milhões de negros, quase metade é analfabeta e 25% vivem em barracos, dos quais metade sem água potável. Enquanto isso, as escolas para brancos em 1992 apresentaram 82 mil vagas não preenchidas, enquanto 1,5 milhão de crianças negras não têm escola.

O ANC, que deverá liderar o próximo governo de unidade nacional, prepara-se para defrontar essa situação com realismo pragmático. O manifesto eleitoral, lançado mês passado, não pode, contudo, deixar de contemplar expectativas mínimas da grande massa negra deserdada pelo *apartheid*.

A promessa básica do manifesto é um teto para cada família e condições de vida digna. "Isso não é um privilégio, é um direito básico de cada ser humano", esclarece o documento. Contém também o documento o propósito de lançar um programa nacional de obras públicas que gere empregos para 2,5 milhões de trabalhadores e construa um milhão de casas num prazo de cinco anos.

Há, contudo, promessas difíceis de cumprir e que, anunciadas, causaram arrepios na minoria branca. A principal delas é a devolução das terras tomadas aos negros pelo *apartheid*. De Klerk aboliu a lei que reservava aos brancos o direito constitucional a 87% das terras do país. A aplicação dessa medida não será, contudo, feita de imediato e quando começar a ocorrer será em doses sustentáveis pelo erário público.

Outro receio – mais tangível para a minoria branca – seria a política estatizante que o ANC empreenderia e que já levou à saída do país de quase US$ 3 bilhões no segundo semestre de 1993, o dobro do que já havia escapado no primeiro semestre. Os dirigentes do Congresso Nacional Africano (ANC) procuram desfazer essa idéia, que eles consideram uma arma usada pelos seus adversários. Essa campanha já causou uma queda acentuada na bolsa de valores do país. O principal economista do ANC, Tito Mboweni, fala com insistência que "é necessário evitar a cilada latino-americana do populismo macroeconômico".

Ele enfatiza que não há no manifesto nenhuma menção à estatização e nem mesmo a um salário mínimo obrigatório. "Mesmo que quisesse, um governo do ANC não poderia estatizar a economia pois teria o Banco Mundial nos seus calcanhares", acrescentou. Mboweni admitiu, contudo, que haveria uma hipótese de estatização em caso de guerra civil.

O ANC conhece bem as limitações econômicas que o país atravessa. Sabe-se, por exemplo, que se o Estado fosse, de imediato, gastar com um negro o mesmo que gasta com um branco o PIB seria obrigado, no mínimo, a dobrar de valor. As reformas de De Klerk já deram ensejo a algumas medidas. Um exemplo: o orçamento para a educação duplicou nestes últimos anos, ultrapassando o nível de gasto em países do mesmo patamar que a África do Sul, que, diga-se de passagem, convive com realidades tanto do Primeiro Mundo quanto do Terceiro. Como o Brasil, aliás.

O futuro governo liderado pelo ANC tem a seu alcance razoáveis possibilidades financeiras e promete ser parcimonioso no aumento inescapável do déficit governamental.

O governo vai lançar títulos para a reconstrução nacional que estão sendo chamados de "debêntures Mandela", além do já esperado aumento de impostos sobre ganhos de capital e bens não-essenciais. Esperam-se financiamentos do Banco Mundial e, claro, da comunidade internacional.

O ANC sustenta que irá "gastar melhor o mesmo dinheiro, pondo fim à incompetência do serviço público e ao desperdício derivado da aplicação do *apartheid*". Basta lembrar que, até hoje, o Estado sul-africano mantém 17 departamentos para a educação. Além disso, o serviço público é inchadíssimo, com os *pequenos brancos* ocupando os postos intermédios. Eles são insaciáveis em pedir aumento salarial desmesurado a cada eleição que se aproxima. O governo do Partido Nacional acede, para que os seus votos não fujam para o Partido Conservador. Mês passado, eles obtiveram 20% de aumento.

Essa insaciedade não poderá ser mais satisfeita tão de pronto pelo novo governo. Por outro lado, temos que prever que os negros devem assumir funções mais qualificadas no Estado e que para isso se está pensando em estabelecer, à moda americana da década passada, uma *discriminação positiva* que dê mais chances aos negros e venha a proporcionar um equilíbrio racial minimamente satisfatório.

José Maria Nunes Pereira
(Pesquisador do CEAA)

- Riscos e esperanças na África do Sul 2
- Consensos difíceis na África do Sul 3
- Restauração do reino zulu 3
- 'Nino' insiste no impossível 4
- Acordo mais perto 6
- Governo avançou no Cuíto 7
- ONU investiga abusos sexuais 7
- Cisão no partido governamental 8
- Mandela ainda espera 8
- O jogo das cedências 9
- Fissura na Aliança da Liberdade 11
- Crianças, bombas e minas 12
- "Apoiamos o 'inimigo' e o mundo ficou de boca aberta" 13

Opinião

Rodney Pinder, em Joanesburgo

Riscos e esperanças na África do Sul

PÚBLICO, 2.2.94

OS RADICAIS brancos e os membros do movimento zulu Inkatha, que se opõem à realização das eleições multipartidárias marcadas para Abril na África do Sul, poderão provocar o aumento da violência, mas não deverão pôr em causa nem a votação nem os seus resultados, afirmam os analistas.

A direita branca poderá atacar locais de voto, eleitores ou o Governo liderado por negros que deverá sair do escrutínio, e poderá haver uma revolta alargada dos zulus na província do Natal e nos bairros e albergues para trabalhadores temporários noutros locais.

Mas observadores diplomáticos e políticos prevêem que as forças de segurança, com o apoio do Congresso Nacional Africano (ANC) de Nelson Mandela, e do Partido Nacional do Presidente F. W. de Klerk, vão conseguir manter o controlo a nível nacional, garantindo que as eleições serão vistas como livres e justas pelo resto do mundo. "A comunidade internacional quer estas eleições. A África do Sul só tem uma saída e esta é a saída", afirma um diplomata ocidental.

Embora muito provavelmente controlável em termos políticos, a violência poderá ter um impacto grave na economia, segundo as mesmas fontes. Há o risco da violência desviar o novo Governo de unidade nacional — que, tudo indica, será liderado pelo ANC — das prioridades económicas destinadas a criar as bases de um desenvolvimento estável e a corrigir os desequilíbrios provocados pelo "apartheid", além de poder manter à distância os vitais investimentos externos.

"Se as coisas correrem mal, por exemplo, se se atingir um nível de violência que lance o país no caminho de guerra civil, o dinheiro que entretanto entrou poderá voltar a sair", afirma o gestor Rob Lee, dum fundo de investimentos.

Os investidores estrangeiros compraram cerca de mil milhões de dólares de acções em 1993 e 265 milhões nas primeiras três semanas deste ano. A rápida reconstrução e desenvolvimento e a criação de postos de trabalho em larga escala são considerados essenciais para pacificar as comunidades negras afectadas pelo desemprego, crime e a violência política que provocou a morte de 14 mil pessoas nos últimos quatro anos — e para garantir a sobrevivência a longo termo dos novos dirigentes do país.

Os analistas alertam, contudo, contra os excessos de optimismo perante os recentes progressos nas negociações constitucionais entre o Governo e o ANC, por um lado, e a Aliança para Liberdade, que inclui brancos conservadores e o partido zulu Inkatha do chefe Mangosuthu Buthelezi.

Apesar das perspectivas de uma eleição ideal com a participação de todos pareçam cada vez mais ténues, os contactos nos bastidores vão continuar. O Presidente De Klerk tem vindo a repetir que os partidos que não estão a participar no processo poderão mudar de opinião até 27 de Abril, o primeiro dia das eleições.

Fontes próximas das negociações afirmam que os esforços do Governo e do ANC se vão centrar na posição do rei zulu Goodwill Zwelithini e de outros dirigentes zulus, em detrimento de Buthelezi, e em eventuais divisões nas forças de direita, aproveitando as fissuras entre os neonazis, com um discurso bélico, e aqueles que mantêm uma cabeça mais fria.

Alguns analistas perguntam-se, no entanto, se o Partido Nacional (PN) e o ANC não terão um desejo secreto de que a Aliança para a Liberdade boicote o escrutínio. O ANC conquistaria o Natal, a província-bastião do Inkatha, e o PN recolheria o totalidade do voto conservador. As sondagens mostram que 80 por cento dos eleitores da direita votarão independentemente das posições adoptadas pelos seus dirigentes.

E se a irresponsabilidade provocar um fracasso final, "não há a menor dúvida de que a violência crescerá em espiral", diz o analista de riscos Wim Booyse.

Grandes "fogos" poderão acender-se no Natal, onde zulos Inkatha e zulus do ANC se têm vindo a combater desde 1984, e nos albergues para trabalhadores nas "townships" de Joanesburgo, o coração comercial do país, para onde o conflito alastrou em 1990.

Mesmo que os líderes como Buthelezi defendam a resistência passiva à nova ordem, os analistas receiam que os seus seguidores, inflamados pela retórica e por décadas de ódio racial, possam perder a cabeça.

Ataques de brancos a instalações importantes, como centrais eléctricas e estações de voto, poderão ser um teste à lealdade à nova ordem por parte das forças de segurança, dirigidas por brancos. Mas os analistas pensam que os sectores altamente profissionais das Forças Armadas conseguirão manter a situação controlada. "A grande questão é saber se irá acontecer alguma coisa simbólica, como o assassínio de Mandela, o único acontecimento imaginável que poderia fazer parar o processo eleitoral", afirma Jakkie Cilliers, do influente Instituto para a Política de Defesa. ■

* Jornalista da Reuter

Vasco da Gama na campanha eleitoral

PÚBLICO, 4 2.94

UM MESTIÇO chamado Vasco da Gama ocupa o vigésimo sétimo lugar nas listas de candidatos à Assembleia Nacional da África do Sul agora apresentadas pelo partido de Frederik de Klerk, que está a dar tudo por tudo por conseguir atenuar o mais possível a prevista maioria folgada do ANC nas eleições gerais de Abril.

No congresso do Partido Nacional que nos últimos dias decorreu em Kempton Park, nos arredores de Joanesburgo, o Presidente De Klerk disse ontem que muitos negros só não aparecem mais claramente ao seu lado devido a acções intimidatórias por parte do movimento de Nelson Mandela, a que as sondagens atribuem a possibilidade de conseguir mais de 62 por cento dos votos.

A presença nas listas do actual partido governamental de pessoas como Vasco da Gama, nome do navegador que no Natal de 1497 escalou a costa oriental da actual África do Sul, representa bem a aposta do Presidente De Klerk no eleitorado mestiço, negro e indiano, se bem que estudos de mercado digam que lhe vai ser extremamente difícil conseguir acima de 15 por cento do voto total.

O congresso da até agora força governamental, que em 1948 instituíra o "apartheid", começou com o hino negro Nkosi Sisekele Africa (Que Deus abençoe a África) e gritou-se "Viva De Klerk", "Viva the National Party", tendo a expressão inglesa "Long Life" sido substituída pela sua congénere portuguesa, numa aparente influência exercida pelas experiências políticas de Angola e de Moçambique.

O manifesto eleitoral do Partido Nacional, ontem apresentado, preconiza um Estado federal e uma economia de mercado, enquanto os discursos feitos durante o congresso foram todos no sentido de que o ANC é um grupo que não convém aos sul-africanos, por estar muito ligado ao passado e ter laços com os comunistas.

Enquanto isto, nenhum avanço muito sigfnificativo foi conseguido nas conversações que tanto o governo como o movimento de Mandela têm estado a manter com os conservadores que fazem parte da Aliança da Liberdade, no sentido de ainda os conseguirem convencer a participar nas eleições anunciadas para o fim de Abril.

Chegou a noticiar-se que o ANC já aceitara listas separadas para a Assembleia Nacional e para as assembleias provinciais, mas um porta-voz da Aliança — de que são partes fundamentais a extrema-direita afrikaner e o partido de raiz zulu Inkatha — comentou que não havia nada de substancialmente novo; e que ainda estava para se ver se os contactos irão ser retomados na próxima semana.

Desde há mais de oito dias que cada nova jornada é apresentada como a da ultima oportunidade de conciliação e consenso, de modo a que os mais conservadores dos afrikaners e os zulus de obediência ao Inkatha não fiquem à margem da

Continua na pág. 3

Consensos difíceis na África do Sul

EXPRESSO, 5 2 93

O PRESIDENTE sul-africano, Frederik De Klerk, e o líder do Congresso Nacional Africano (ANC), Nelson Mandela, anunciaram terça-feira um plano de pacificação para os bairros negros dos subúrbios de Joanesburgo, cuja trave-mestra é a substituição da polícia — maioritariamente branca e cujos métodos são muito contestados — por forças militares.

Além da manutenção da ordem, o Exército irá participar na reconstrução dos bairros escalavrados por quatro anos de rencontros entre partidários do ANC e do movimento zulu Inkhata, liderados pelo chefe Mangosuthu Buthelezi.

Em Katlehong e Tokoza, dois dos bairros mais violentos, várias centenas de zulus manifestaram-se quarta-feira contra o plano, considerado uma «traição dos compromissos assumidos pelo Governo» pelo Inkhata, o partido zulu que se tem recusado a participar no Conselho Nacional de Transição, o órgão multirracial que fiscaliza a actividade do Governo até às eleições de Abril.

As conversações que Governo e ANC têm vindo a manter sobre o processo eleitoral — para o «moldarem» de modo a permitir a participação do Inhkata e da extrema-direita branca nas eleições — não permitiram esta semana avanços significativos. Quanto ao Partido Nacional, do Presidente Frederik De Klerk, actualmente no poder, realizou nos últimos dias o seu Congresso, durante o qual apresentou o seu programa, que preconiza um estado federal e uma economia de mercado.

As sombras do passado perturbam o presente da África do Sul

Restauração do reino zulu

Jorge Heitor

Muitas das forças internas e externas não se conformam com a possibilidade de a riquíssima África do Sul vir a ser administrada por um ANC fortemente aliado aos comunistas, pelo que tentam a todo o custo impedi-lo, inclusive desmembrando o país. É a essa luz que se poderão ler as reivindicações de um estado boer ou de um reino zulu.

O rei dos zulus, Goodwill Zwelithini, reivindicou ontem em Durban a restauração do reino que o seu povo tinha em 1834, antes da batalha de Blood River, em que foi derrotado pelos boers, e da anexação de toda a região do Natal pela Grã-Bretanha, em 1843.

Ao dirigir-se a dezenas de milhares de zulus que brandiam azagaias, antes de mais uma reunião com o Presidente sul-africano, Frederik de Klerk, o soberano — cujos poderes são muito mais de ordem moral do que prática — afirmou que as negociações até agora efectuadas sobre o futuro de todo o país não permitiram de forma alguma salvaguardar os interesses do seu povo.

"Chegámos ao fim da estrada", sintetizou o monarca, que em duas sessões anteriores efectuadas desde há um mês não havia conseguido convencer De Klerk a reservar um lugar muito especial, de vasta autonomia, para a região onde desde há mais de 200 anos vive o maior grupo étnico do país.

PÚBLICO, 15.2.94

As reivindicações de plena soberania agora feitas por Goodwill Zwelithini surgem dois dias depois de o partido Inkatha, de Mangosuthu Buthelezi, os bantustões Kwazulu e Bophuthatswana e a Frente do Povo Afrikaner (AVF) haverem dito em definitivo que não aceitam a Constituição provisória actualmente existente e que, portanto, não vão de modo algum às eleições gerais marcadas para os dias 26 a 28 de Abril.

De diversas formas, aquelas entidades conservadoras, umas negras e outras brancas, entendem que se está a caminhar para um tipo de Estado centralizado, com economia de cariz socialista, pelo que tencionam contrariar tudo o que contribua para o surgimento de uma África do Sul dirigida pelo ANC e por militantes do Partido Comunista, como o histórico Joe Slovo.

Uma tendência histórica

Ao longo das últimas décadas têm surgido na cena internacional alguns exemplos de movimentos separatistas que se exarcebam sempre que o poder central de determinado país parece tender para formas totalitárias, nomeadamente de inspiração marxista.

Foi assim no Portugal de 1974/75, quando as tendências autonomistas dos Açores e da Madeira raiaram o separatismo como forma de reacção ao rumo que o Estado tomava em Lisboa após os acontecimentos do 28 de Setembro e do 11 de Março. É assim em Cabinda, muitas vezes esquecida por uma Luanda cuja sobrevivência assegura; e poderá sê-lo também quanto a bantustões e a grupos populacionais sul-africanos assustados com a ideia de que o ANC poderá ficar escravo dos seus parceiros comunistas e administrar a África do Sul de uma forma ditatorial.

É pois neste contexto que decerto devem ser lidas as reivindicações de um território próprio para os boers mais radicais e de restauração do reino zulu, que afinal de contas até só foi forte durante algumas décadas do século passado (ver texto abaixo). Elas nem sempre serão para levar totalmente à letra, pois que em muitos casos servem sobretudo como meio de pressão para que a Constituição ainda possa ser alterada num sentido federalista e para que o ANC não se torne demasiado forte, na sequência da sua prevista vitória nas eleições de Abril.

Ontem, na Cidade do Cabo, antes de ter ido a Durban conferenciar com o rei Goodwill Zwelithini, o Presidente De Klerk considerou grave que as diversas forças conservadoras congregadas na Aliança da Liberdade não aceitem participar no acto eleitoral. Prometeu continuar a fazer tudo o que estiver ao seu alcance para atender as preocupações de todos, mas também disse que as atitudes de uns quantos não podem prejudicar a vontade da grande maioria dos sul-africanos, desejosos de ir às urnas e de nelas definir o seu futuro.

Por outro lado, De Klerk acusou o ANC de estar já a tentar exercer uma "influência injustificada" na rádio e televisão do Estado, que no seu entender devem ser imparciais, mas que até há pouco eram uma autêntica voz do Partido Nacional, desde 1948 no poder.

O Presidente falava na assembleia-geral do Instituto Internacional de Imprensa, na presença do antigo primeiro-minis-

Continua na pág. 4

Continuação da pág. 2

Vasco da Gama na campanha eleitoral

futura vida parlamentar (o que poderia acarretar um elevado potencial de violência).

Rumo à catástrofe

Na quarta-feira à noite, num comício, De Klerk avisou os brancos que se situam à sua direita de que "a via dos boicotes não tem saída. Só arrastará para a resistência e a violência. É uma estrada que conduzirá inexoravelmente a um novo isolamento internacional, a guerras invencíveis e à catástrofe económica".

O Presidente disse que continuará a negociar antes das eleições e depois delas, disposto a fazer todos os ajustamentos que se apresentem razoáveis para que o país não resvale para situações muito pouco desejáveis.

Por outro lado, num desejo de bipolarização, apelou às bases da Frente Popular Afrikaner e do Inkatha no sentido de, se acaso os respectivos dirigentes optarem pela abstenção, votarem nele, como forma de travar o passo ao ANC. ■

"Nino" insiste no impossível

PÚBLICO, 4.2.94

O PRESIDENTE guineense, João Bernardo Vieira, deseja manter a todo o custo a data das eleições a 27 de Março, apesar da impossibilidade técnica de que isso aconteça. E faz questão de tornar pública a sua intenção nos comícios pré-eleitorais que vem realizando nos bairros periféricos de Bissau, desde há três semanas.

Defende que o país não pode esperar mais e que a situação económica não aconselha novos adiamentos. Um argumento que encontra muita adesão, sobretudo a nível de círculos diplomáticos.

A oposição, servindo-se das leis aprovadas pela Assembleia Nacional, constituída por militantes e simpatizantes do PAIGC, exprime o seu desagrado, exige procedimentos legais e avisa que não participa em eleições fraudulentas. Na última reunião da Comissão Nacional de Eleições (CNE), aberta ao corpo diplomático e líderes partidários, ficou bem clara a impossibilidade técnica da ida às urnas em Março. A CNE, através do seu porta-voz, reconheceu a ambiguidade da situação, mas não assumiu a responsabilidade de propor uma nova data.

Embora possa parecer bizarro, terminou o prazo para a entrega das candidaturas e nenhum dos seis nomes anunciados formalizou o pedido. A própria lei não o permitiu, pois diz que só é elegível o cidadão que goze de capacidade eleitoral activa, atributo a estabelecer após o recenseamento, ainda sem data marcada.

O custo da operação eleitoral está estimado em 5,5 milhões de dólares (perto de um milhão de contos) e, embora haja promessas de financiamento da comunidade internacional, na ordem de 2,3 milhões de dólares (400 mil contos), só deram entrada 500 mil (87 mil contos). Na tarde de quarta-feira, um avião da Força Aérea Portuguesa aterrou no aeroporto de Bissalanca com oito toneladas de material, no valor de 500 mil dólares, destinado ao recenseamento eleitoral.

Oposição dividida

No meio de tantas necessidades, foi com alívio que a oposição soube que, no quadro das eleições, o Governo vai inscrever no Orçamento Geral do Estado uma verba de um milhão de dólares (174 mil contos), metade da qual será para financiar a campanha dos partidos.

Mas os problemas da oposição não se resumem a questões financeiras. Enfrentam também grandes dificuldades em apresentar um projecto comum de alternativa e de mudança. Nas estratégias e discursos, há sempre um tom partidário, e até pessoal, que se sobrepõe aos interesses nacionais. A luta pela afirmação partidária por parte da oposição eleva-se a níveis tais que o PAIGC tem colhido benefícios palpáveis, como se confirma pelo aumento notável de participação popular nos comícios presididos por "Nino" Vieira.

O anúncio da candidatura do independente Carlos Domingos Gomes, com o apoio do Partido da Convergência Democrática (PDC), acicatou os ânimos no interior de uma das coligações, a Unido, que já tinha no líder do Partido da Renovação Social, Kumba Yalá, um candidato às presidenciais. Os três parceiros do PCD consideraram-no automaticamente excluído da aliança, por ter indigitado um candidato sem o seu prévio conhecimento.

O ex-primeiro-ministro Vítor Saúde Maria, que ontem confirmou a sua candidatura e que dirige o Partido Unido Social-Democrata, tem desenvolvido contactos com as duas coligações existentes, para uma eventual adesão, mas sem resultado.

A Força do Povo, constituída por três partidos, apoia a candidatura do presidente do Partido da Renovação e Desenvolvimento, João Costa, que hoje volta ao tribunal para escutar o veredicto do chamado caso 17 de Março. Quanto a este caso, passou, no decorrer das audiências, de intentona militar a manobra orquestrada por elementos da polícia política, com o apoio de alguns oficiais superiores das Forças Armadas. ■

António Soares Lopes, em Bissau

Portugal apoia Guiné

PÚBLICO, 3.2.94

OITO TONELADAS de material oferecido por Portugal, para apoiar o recenseamento eleitoral das primeiras eleições pluralistas da Guiné-Bissau, chegaram ontem ao país a bordo de um avião C-130 da Força Aérea Portuguesa. A contribuição portuguesa para as eleições marcadas para 27 de Março consta principalmente de impressos, cadernos eleitorais e cartões de eleitor.

A ajuda portuguesa, no valor de 500 mil dólares, foi anunciada a 10 de Novembro último pelo secretário de Estado da Cooperação, José Manuel Briosa e Gala, durante a visita oficial que realizou à Guiné. ■

Continuação da pág. 3

Restauração do reino zulu

tro português Pinto Balsemão, e Nelson Mandela, também presente, respondeu-lhe que a informação sul-africana tem vindo a ser feita, com raras excepções, por pessoas que nada sabem do modo de vida da grande maioria dos seus concidadãos.

Entretanto, algumas dezenas de comandos de uma milícia boer ergueram barreiras de arame farpado em redor da câmara municipal de Akasia, perto de Pretória, a fim de assim testemunharem o seu desejo de resistir a uma África do Sul governada por negros.

Foi apenas um gesto simbólico, mas mostra bem como uns quantos boers, indivíduos de origem holandesa, francesa e alemã desde há três séculos radicados na África Austral, não querem de forma alguma aceitar que os brancos, apesar de não chegarem a ser um quinto da população total, deixem de ter o monopólio do poder. ■

A herança de Shaka

A HISTÓRICA Zululândia que tanto está agora a agitar de novo a política sul-africana fica no Nordeste da província do Natal, junto à fronteira com a Suazilândia e Moçambique, e é a terra dos zulus, povo bantu da família nguni, à qual também pertencem os suazis e os xhosas.

Os zulus, que tradicionalmente se dedicavam ao cultivo de cereais e à pastorícia, pertenciam há 180 anos ao império Mtetwa, do qual o seu chefe Dingiswayo era um dos príncipes. Mas depois o sucessor deste, Shaka, que reinou de 1816 a 1828, formou um império próprio e conquistou a maior parte do que é hoje a província do Natal.

Quando Shaka foi assassinado e substituído por Dingane, as terras dos zulus começaram a ser invadidas pelos boers, que se aliaram com o seu irmão Mpande e o depuseram em 1840, tendo aí começado o declínio de uma nação que hoje em dia pretende voltar ao seu antigo fulgor.

O sucessor de Mpande, Cetshwayo, foi menos brando do que ele para com os invasores boers e britânicos, tendo-se recusado a desmantelar o Exército e a colocar-se sob o protectorado de Londres. Mas acabou por ser derrotado em 1879 e a Zululândia foi dividida em 13 pequenos reinos ou reservas para negros.

No fim do século passado, dois terços das terras dos zulus haviam sido confiscadas pelos brancos, e dos pedaços que restaram veio o regime do "apartheid" a fazer há duas décadas o bantustão chamado Kwazulu, de que é primeiro-ministro Mangosuthu Buthelezi, líder do partido Inkatha. ■

Faleceu o político guineense Aristides Menezes

PÚBLICO, 7 2 94

NUM HOSPITAL de Lisboa faleceu ontem Aristides Menezes, de 45 anos, líder da Frente Democrática da Guiné-Bissau, que em 1991 foi o primeiro partido da oposição a legalizar-se, depois de ter organizado uma manifestação contra o regime. Admite-se agora que o seu lugar venha a ser ocupado pelo até agora secretário-geral da FD, o jovem economista Marcelino Baptista Sanca.

Doente desde Dezembro, Aristides Menezes viera há duas semanas de Bissau para o Hospital Egas Moniz, em Lisboa, antigo Hospital do Ultramar, de onde não se sabe ainda quando é que o seu corpo será trasladado para a Guiné. E era irmão de Vítor Mandinga, líder de outra força da oposição guineense, o Partido da Convergência Democrática, que apoia a candidatura presidencial do comerciante Carlos Gomes.

Antigo amigo do Presidente João Bernardo Vieira, "Nino", com o qual a dada altura se incompatibilizou, Aristides — licenciado pelo Instituto Superior de Economia de Lisboa — chegara a estar preso de 1985 a 1987, sob a acusação de actividades contra a segurança do Estado, do que viria a ser ilibado. E depois disso ainda fora consecutivamente secretário de Estado da Cooperação e do Plano, antes de se afastar definitivamente do regime e passar de forma activa às fileiras da oposição.

"Podia-se ter feito muito mais na Guiné-Bissau do que aquilo que se fez desde que em 1973 se proclamou a independência", disse há perto de dois anos ao PÚBLICO, numa entrevista em que afirmou seguir "uma linha de centro-esquerda, social-democrata".

Sob a Presidência de "Nino", assistiu-se depois de 1985 a um grande índice de corrupção e a uma demissão colectiva das responsabilidades, pelo que são necessários "novos rostos, novas personalidades" — alegou então o político agora falecido, que se queixou da prática corrente do suborno: "É necessário moralizar a própria administração pública." ■ J.M.

Ministro processado

PÚBLICO, 6 2 94

JOÃO DA COSTA, candidato às eleições presidenciais guineenses, vai pedir uma indemnização ao Estado por danos morais e psicológicos e exigir a condenação da comissão de inquérito e das pessoas que "forjaram o chamado 'caso 17 de Março'" e o privaram da liberdade durante dois meses, tornando-o réu num processo em que sempre disse estar inocente e em que, na sexta-feira, acabou por ser ilibado.

Na acção que vai pôr em tribunal, os principais visados são o ministro do Interior, Abubacar Baldé, o director-geral da Segurança do Estado, tenente-coronel João Monteiro, o chefe da Casa Civil da Presidência, tenente-coronel João Malaca, e o chefe da Guarda de Fronteiras, tenente-coronel Amílcar Baticã. Todos são pessoas próximas do chefe do Estado, João Bernardo Vieira, "Nino", e, ao longo do julgamento da alegada intentona, foram várias vezes citadas como instigadoras da tese conspiratória, com o objectivo de eliminar adversários políticos e de calar a voz dos descontentes.

Numa conferência de imprensa dada ontem em Bissau, João da Costa, líder do Partido da Renovação e Desenvolvimento (PRD), insurgiu-se contra a condenação de 14 dos 17 arguidos, afirmando que estão inocentes e que foi provado em tribunal que "o pretenso atentado à segurança do Estado não passou de uma montagem da famigerada polícia política". Acusou o regime instaurado há 20 anos de sobreviver à custa de maquiavelismo e de patrocinar associações de malfeitores que inventam golpes para eliminar figuras incómodas.

Na sua opinião, é urgente uma dinâmica unitária da oposição, cujos partidos se devem aliar a qualquer preço, para viabilizar a mudança aquando das eleições presidenciais e legislativas que, em princípio, deverão decorrer dentro dos próximos três meses, mas cujos preparativos ainda estão atrasados.

A propósito da forma violenta como o ministro da Educação reagiu a uma recente greve de professores, comentou que "o país não precisa de pistoleiros, mas sim de governantes sérios e capazes". ■

António Soares Lopes, em Bissau

Projecto para uma ONG no Sudoeste de Angola

Uma ideia em nome do povo

PÚBLICO, 2.2.94

A IDEIA é levar a população a produzir o suficiente para a sua própria subsistência. Salvador Rodrigues, angolano, de 35 anos, economista, com um grupo que engloba mais dois agrónomos, um sociólogo e outro economista, pensaram em constituir uma organização não governamental (ONG) para o desenvolvimento rural do Sudoeste de Angola. Foi a situação de necessidade da população da zona que levou o grupo a pensar no projecto.

Depois de elaborar um documento, entregue a várias instâncias para recolher outras sugestões, o grupo poderá dar um passo decisivo, já em Março, quando pensam organizar um "workshop". Nele esperam ter a participação de técnicos e da população rural (regiões da Huíla, onde deverá ficar sediada a organização, Namibe, Cunene e Cuando-Cubango), de modo a discutir o documento-base de trabalho e constituir formalmente a ONG, ainda sem nome.

Depois, Salvador Rodrigues diz que será o momento de elaborar projectos — já tem duas dezenas em carteira — e apresentá-los a entidades financiadoras. "Os financiamentos são mais fáceis de canalizar através das ONG do que através da administração pública", argumenta o dinamizador do projecto.

De passagem por Lisboa, onde se deslocou para contactar responsáveis de ONG portuguesas, Rodrigues não ilude que o projecto só terá condições efectivas de concretização quando terminar a guerra em Angola.

Responsável pelo departamento angolano para a cooperação entre a Comunidade Europeia e os países ACP (África, Caraíbas, Pacífico) em vias de desenvolvimento, Rodrigues usa a sua experiência para defender a necessidade de uma ONG local: a maior parte dos funcionários públicos — em cujo quadro ele se integra — "desconhecem a realidade" do terreno em relação ao qual tomam tantas decisões.

"As ordens que vinham de cima provocaram desajustamentos, porque eram surrealistas, sem hipóteses de ser executadas", afirma. Daí a necessidade de uma organização que actue a partir da base e das necessidades sentidas pelas pessoas.

Uma nota que sublinha o que os promotores afirmam no documento-base: "A falência das políticas e dos projectos de desenvolvimento em Angola ficou a dever-se aos desajustamentos provocados pelo desconhecimento das realidades."

Salvador Rodrigues caracteriza o Sudoeste de Angola — toda a região abaixo de Benguela — como uma zona de potencialidades agro-pecuárias, mas que é atingida actualmente por um importante afluxo de refugiados e desmobilizados. Desde há uns sete anos, a chuva também não cai como seria desejável. As populações deslocam-se para fugir à guerra e à seca, morre gado, a agricultura quase desapareceu.

É toda esta situação que os promotores da nova ONG pretendem inverter, apoiando "os esforços de cicatrização das feridas da guerra" e a reinstalação das populações deslocadas. No horizonte, está a contribuição para a "construção de uma sociedade democrática em Angola", através de uma educação popular para o desenvolvimento, que recuse filiações partidárias ou confessionais. ■

António Marujo

CABINDA COMEMORA SIMULAMBUCO — Dignitários das Igrejas Católica e protestantes, membros das autoridades tradicionais e elementos da população comemoraram ontem em Cabinda o 109º aniversário do Tratado de Simulambuco, pelo qual os chefes locais aceitaram colocar o enclave sob soberania portuguesa e que é invocado pelos movimentos separatistas como argumento jurídico para a especificidade de Cabinda e a não pertença ao território angolano. Segundo apurou a Lusa junto de fontes eclesiais, foi efectuada uma romagem ao "cemitério dos nobres", onde estão sepultados alguns dos signatários do acordo. Os festejos, em que não participaram representantes do Estado, foram encerrados com uma missa simultânea nas várias igrejas, sob o tema "paz, reconciliação e reflexão sobre o futuro dos cabindas". PÚBLICO, 2.2.94

UNITA destaca papel de Soares para a paz em Angola

PÚBLICO, 3.2.94

O SECRETÁRIO da UNITA para a Informação e porta-voz da delegação negocial que está em Lusaca, Jorge Valentim, disse ontem à noite ao PÚBLICO, pelo telefone, que o Presidente português, Mário Soares, tem um papel muito importante a desempenhar na necessária reconciliação das duas partes angolanas. E a propósito de um provável encontro de Soares e Savimbi em Yamoussoukro, no início da próxima semana, aquando dos funerais do Presidente Félix Houphouet-Boigny, comentou tratar-se de políticos que se admiram mutuamente; tendo observado que o chefe da oposição — actualmente algures no interior de Angola — só não irá à Costa do Marfim se algum motivo de força maior o impedir.

Por outro lado, Valentim considerou que as actuais relações da UNITA com o governo português "são excelentes" e traçou os mais rasgados elogios ao embaixador de Portugal em Luanda, Rocha Páris, que se encontra nas conversações de Lusaca como observador, dizendo que ambas as equipas negociais angolanas estão a beneficiar com a sua presença, dado que o consideram "uma pessoa muito séria, muito rigorosa".

O porta-voz do partido de Jonas Savimbi informou que ele e o chefe da delegação, Eugénio Manuvakola, secretário-geral da UNITA, haviam tido ontem, num restaurante de Lusaca, um almoço informal, "extremamente frutuoso", com o chefe da representação de Luanda nas conversações, Faustino Muteka, e com o general Higino Carneiro. Mas que na capital da Zâmbia — onde as conversações principiaram em Novembro, sob a mediação da ONU — "não se está para contar os dias, não se está a correr", antes se querendo "preparar devidamente documentos que amanhã não possam ser violados"; pelo que não é possível prever quando é que os trabalhos poderão chegar ao fim, com êxito.

Quanto à eventual participação do seu partido em todos os níveis da governação, desde o central ao autárquico, disse que o que interessa é que não seja simbólica, não querendo designadamente especificar ministérios que poderiam caber ao principal partido da oposição, pois isso é um assunto "a debater na mesa das negociações e não na imprensa". E culminou a conversa com o envio de "um abraço aos irmãos portugueses". ■ J.M.

Governo e UNITA falam de reconciliação

PÚBLICO, 3 2 94

AS DELEGAÇÕES do Governo e da UNITA retomam hoje à tarde as negociações em Lusaca, abordando o capítulo da "reconciliação nacional", depois do mediador Alioune Beye e os observadores do processo de paz angolano lhes terem entregue um primeiro esboço dos princípios gerais, disse à Lusa, uma fonte que acompanha as conversações. O documento resulta, segundo a mesma fonte, da análise dos documentos entregues segunda-feira à tarde pelas duas partes, e das respostas de ambas a sete quesitos que ontem de manhã lhes foram apresentados. Na agenda está também a questão da Missão das Nações Unidas em Angola (Unavem).

Segundo um relatório ontem publicado em Nova Iorque pelo secretário-geral da ONU, as negociações entre o Governo e a UNITA não progrediram suficientemente para que um cessar-fogo seja decretado e sirva de base ao alargamento da missão da ONU. Butros-Ghali, sublinhou no entanto que prosseguem os preparativos de maneira que a ONU "esteja pronta a intervir como é necessário, desde que uma regulamentação global do conflito seja alcançada". ■

Acordo mais perto

PÚBLICO, 5.2.94

O GOVERNO de Luanda e a UNITA estão mais perto do que nunca da conclusão de um acordo de paz «global e definitivo». No entanto, dados os diversos adiamentos anteriores quando uma conclusão parecia próxima, o anúncio feito há duas semanas pelo representante do secretário-geral da ONU, Alioune Blondin Beye, de que se iria realizar uma nova reunião do Conselho de Segurança da ONU sobre Angola suscitou comentários irónicos e uma grande dose de cepticismo.

Fontes ligadas às negociações de Lusaca vêem nesta atitude de Beye um gesto um pouco teatral, com o duplo objectivo de «mostrar obra feita» e de condicionar o comportamento futuro das duas delegações angolanas que assistiram à sua conferência de imprensa e confirmaram as palavras do mediador.

A situação agora é diferente, para melhor, porque estão já resolvidos, «com papel assinado», os dois problemas que fizeram fracassar as negociações de Abidjan e também porque, nos dois casos — retirada das tropas da UNITA das posições ocupadas e reorganização da polícia — o movimento de Savimbi fez cedências importantes. A UNITA renunciou não só à exigência de dissolução da polícia armada («ninjas») como aceitou, no acordo estabelecido, uma representação de 20 por cento nos efectivos da polícia única futura, quando anteriormente exigia uma representação paritária.

«A UNITA mudou e os seus representantes deixaram de se comportar como fundamentalistas», disse ao EXPRESSO uma fonte diplomática, que prefere abster-se de fazer previsões acerca da data de um possível acordo de paz. «Os pontos por resolver não apresentam dificuldades comparáveis aos que já foram ultrapassados. O estilo 'africano' de Beye está a dar resultados, mas é precisamente porque estas negociações foram conduzidas de forma mais autoritária que as anteriores que convém esperar para ver».

N.G.

DEZENAS DE MORTOS NO CUÍTO — Meia centena de mortos era, ao fim da tarde de ontem, o balanço de um dia de guerra na cidade do Cuíto, capital da província angolana do Bié, no centro do país, disse à agência Lusa fonte militar em Luanda, segundo a qual as hostilidades começaram durante a manhã. Por seu turno, o delegado da UNITA na ONU, Marcos Samondo, responsabilizou o Governo pela violação do cessar-fogo que o partido de Jonas Savimbi proclamara unilateralmente naquela cidade em 20 de Setembro do ano passado. Entretanto, a representação da UNITA em Portugal ainda não está em condições de confirmar que Savimbi siga nas próximas horas para a Costa do Marfim, onde na segunda-feira é aguardado em Yamoussoukro para as solenes exéquias do Presidente Félix Houphouet-Boigny. PÚBLICO, 6 2 94

Cimeira em Luanda

PÚBLICO, 2.2.94

JOSÉ EDUARDO dos Santos e Joaquim Chissano, Presidentes de Angola e Moçambique, concluíram ontem durante um encontro de duas horas em Luanda que as eleições na África do Sul serão fundamentais para uma eventual estabilização da África Austral. Os dois Chefes de Estado analisaram os processos de democratização nos respectivos países — os passos que conduziram às eleições de 1992 em Angola e a preparação de Moçambique para a ida às urnas neste ano. ■

Governo avançou no Cuíto

PÚBLICO, 7 2 94

AS FORÇAS governamentais angolanas anunciaram que ficaram durante o fim-de-semana a controlar cerca de 80 por cento da cidade do Cuíto, capital da província do Bié, onde a UNITA detinha muitas posições e decretara unilateralmente um cessar-fogo no mês de Setembro.

A direcção do partido rebelde, reunida ontem no Huambo, decidiu restabelecer o cessar-fogo, mas em Lusaca o respectivo porta-voz, Jorge Valentim, comentou ao PÚBLICO que se tratou de um "ataque traiçoeiro" dos governamentais, no sábado, e que acções desse tipo são um grande perigo para as conversações que desde Novembro decorrem na capital zambiana.

Valentim, que hoje retoma as sessões de trabalho com os representantes de Luanda, disse-nos não poder confirmar a percentagem do Cuíto que ficou agora em poder dos governamentais; e admitiu que as dificuldades da guerra tivessem impedido Jonas Savimbi de Partir para a Costa do Marfim, aonde em princípio iria aos funerais do seu velho amigo Houphouet-Boigny (ver texto ao lado).

Fonte militar luandense afirmou à agência Lusa que os combates de sábado causaram mais de meia centena de mortos, tendo as Forças Armadas Angolanas recuperado alguns dos bairros que há cinco meses se encontravam em poder da UNITA. O barulho dos canhões voltou a ouvir-se ontem de manhã e a intenção governamental era aparentemente recuperar o controlo total da antiga Silva Porto.

Por outro lado, as tropas de Luanda disseram ter reocupado a cidade de Ambriz, no limite da província do Zaire com a do Bengo, e estar a fazer tentativas para reconquistar tanto a vila petrolífera do Soyo como Ndalatando, capital da província do Cuanza-Norte.

Na semana passada, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas, general João de Matos, afirmara à agência Lusa que os militares governamentais estavam a perder a paciência com a demora das conversações de Lusaca e que poderiam passar a acções ofensivas.

O representante das Nações Unidas no processo negocial, Alioune Blondin Beye, tem manifestado aos observadores a esperança de que o trabalho que ainda resta a fazer no sentido da reconciliação nacional angolana e do restabelecer de um cessar-fogo global possa estar pronto daqui a um mês. Mas os analistas mais cépticos não acreditam muito nisso. ■

ONU investiga abusos sexuais

EXPRESSO, 5 2 93

AS HISTÓRIAS sobre aventuras sexuais de italianos não são novas em Moçambique. Remontam à década de 80 e tiveram como suposto palco o famoso «Prédio 33 andares» de Maputo, por sinal o mais alto do país. Nessa altura, «cooperantes» transalpinos foram acusados de usarem moçambicanas em filmes pornográficos, o que não se chegou a provar.

Com a chegada de cerca de 7.000 efectivos da força multinacional de manutenção de paz, dos quais cerca de 1.300 são italianos, era de esperar o surgimento de novas histórias. **«Onde está um italiano não faltam casos desses»**, disse-nos Mário Matsinhe, professor numa escola secundária de Maputo.

Os primeiros relatos envolvendo soldados da Operação das Nações Unidas em Moçambique (Onumoz) surgiram em Maio de 1993, quando residentes da Ponta do Ouro, uma estância turística do Sul do país, viram um helicóptero da força multinacional a desembarcar soldados e raparigas para um «piquenique». Daí em diante sucederam-se os chamados «casos» no Xai-Xai com os uruguaios, em Magude e na Moamba com os zambianos, na Machava com os indianos, em Nampula com os portugueses. Nada de nomes, só «boatos».

Em 3 de Dezembro passado, o representante especial do secretário-geral da ONU em Moçambique, o italiano Aldo Ajello, recebe uma carta da ISCA (uma cadeia das organizações não governamentais Save the Children da Grã-Bretanha, EUA, Dinamarca e Noruega), reportando casos de comércio sexual infantil em Moçambique envolvendo soldados da ONUMOZ. Imediatamente Ajello mandou abrir um inquérito, que não produziu nenhuma prova.

«Rapazes! Ainda não há motivo para abandonar a festa porque vamos trazer meninas.» Estas palavras, pronunciadas por um oficial italiano, foram escutadas e registadas em Setembro de 1993 pelo representante da Redd Barna (outra ONG) em Moçambique, Ernst Schadde, durante uma festa de despedida de um funcionário transalpino em Chimoio.

Schade diz que, uma hora mais tarde, **«carros com prostitutas, a maior parte crianças, chegaram»** ao local. A maioria dessas crianças tinha idades compreendidas entre os 12 e os 14 anos.

O «Café Concord», um antigo edifício do SNASP (antiga polícia política da Frelimo) no Chimoio, era também um dos locais mais concorridos por raparigas vindas de Tete e Beira para estas práticas durante o período de férias escolares. O bispo de Chimoio, vizinho do «Café», queixou-se publicamente de que têm sido atirados preservativos usados para o pátio da sua residência.

Na madrugada de terça-feira, nas traseiras da esquadra da polícia do Hospital Central de Maputo, foi surpreendido um militar indiano a manter relações sexuais com uma moçambicana. A cena deu brado por via da Rádio Moçambique. Nesse mesmo dia, a Redd Barna, o Governo e a ONUMOZ iniciavam investigações em Manica e Sofala.

«Se as alegações forem provadas, os envolvidos serão evacuados imediatamente», declarou Ajello, sublinhando que esse comportamento é «inaceitável».

REFINALDO CHILENGUE
correspondente em Maputo

Cisão no partido governamental

José Vicente Lopes, na Cidade da Praia

Há três anos no poder, o MpD está agora em risco de perder o controlo do Parlamento cabo-verdiano. É que Eurico Monteiro zangou-se com o primeiro-ministro e encaminha-se para a formação do seu próprio partido.

Um ano depois da sua última convenção, o Movimento para a Democracia (MpD), que há três anos governa Cabo Verde, volta a reunir-se hoje e amanhã. Mais do que perspectivar o futuro, desta feita a assembleia máxima do partido vai consumar a cisão entre os grupos do primeiro-ministro Carlos Veiga e do seu antigo ministro da Justiça, Eurico Monteiro.

Enquanto a ala de Carlos Veiga se reúne nas instalações da Assembleia Nacional, os apoiantes de Eurico Monteiro vão encontrar-se hoje no principal cinema da capital cabo-verdiana, prevendo-se que venham a lançar o seu próprio partido, cujo nome ainda é uma incógnita.

Convocada inicialmente para solucionar a contenda entre as duas alas, a convenção acabou por se ver manchada pela denúncia, por parte de Eurico Monteiro, de que o processo de escolha dos delegados estava viciado. O grupo de Veiga negou a existência de qualquer fraude, alegando que a atitude dos seus adversários era previsível, uma vez que só tardiamente estes se deram conta do apoio reduzido que contavam entre as bases do MpD.

Aliás, uma das notas curiosas desta celeuma andou precisamente à volta do número de membros do partido governamental. Situado, inicialmente, pelo próprio primeiro-ministro em cerca de 17 mil, constatou-se no fim que apenas uns cinco mil participaram no processo que elegeu os delegados à convenção, perfazendo 29,6 por cento daquele total.

Tal facto permitiu a Eurico Monteiro afirmar que o boicote que propusera fora aceite por mais de dois terços dos militantes. Face a isto, mais uma vez, o próprio presidente do partido, em entrevista dada esta semana ao "Novo Jornal", baixou o número de membros do MPD para seis mil, certamente na mira de anular as análises que questionam a legitimidade política que lhe resta.

PÚBLICO, 6.2.94

É neste quadro que irá decorrer a convenção. Afastados os seus adversários, prevê-se que Carlos Veiga não terá dificuldades em fazer aprovar um conjunto de medidas com que pretende revitalizar o que lhe sobra do partido, que em Janeiro de 1991 derrotou nas urnas o PAICV.

Espaço de intervenção

Eurico Monteiro pretende, por seu turno, transformar o seu comício de hoje no primeiro passo de uma caminhada que não se avizinha fácil. Fala-se desde já na criação de um "espaço de intervenção política", o que pode ser interpretado como o prelúdio do surgimento de um novo partido.

Mas essa solução contém os seus riscos, uma vez que os deputados afectos ao grupo, a começar pelo próprio antigo ministro da Justiça, poderão perder o mandato parlamentar, caso adiram a outra força política que não seja o MpD. Consequentemente, tal solução é a que menos lhes interessa, na medida em que a sua intenção agora é prosseguir a luta na Assembleia Nacional.

Um dos efeitos mais imediatos desta crise é, com efeito, a perda da grande maioria que o MpD gozava até aqui no parlamento. Dos seus 56 deputados, estima-se que pelo menos 20 estejam com Eurico Monteiro, que, com o apoio dos 23 da oposição (um independente e os restantes do PAICV), poderá dificultar a vida ao Governo. Apesar desta ameaça, Carlos Veiga tem-se mostrado confiante e seguro de que poderá permanecer no poder até 1996, completando assim uma legislatura de cinco anos.

Face à crise, têm surgido várias propostas para a solucionar. O PAICV, que é o principal partido da oposição, defendeu na semana passada a convocação de eleições antecipadas, ainda este ano. Embora diga que não as teme, Carlos Veiga já rejeitou esse desafio. E na entrevista ao "Novo Jornal" afirmou que "quem derrubar o Governo será politicamente penalizado nas próximas eleições".

Curiosamente, este é um fim-de-semana carregado de simbolismo histórico. Completam-se hoje quatro anos que o então primeiro-ministro Pedro Pires anunciou ao país a abertura do regime, que era de partido único. ■

Mandela ainda espera

PÚBLICO, 18.2.94

O LÍDER do Congresso Nacional Africano (ANC), Nelson Mandela, disse ontem na Holanda ainda esperar que o partido Inkatha aceite ir às eleições que neste primeiro semestre de 1994 se efectuam na África do Sul, apesar da reacção fria do príncipe zulu Mangosuthu Buthelezi às suas concessões da véspera.

No entender de Mandela, que tem vindo a assumir aos olhos da comunidade internacional o papel de grande apaziguador dos múltiplos conflitos da sociedade sul-africana, o que Buthelezi pretende é mais pormenores sobre as aberturas feitas.

Por seu lado, a assembleia dos afrikaners mais radicais que é presidida pelo conservador Ferdi Hartzenberg reuniu-se ontem em Pretória, em sessão à porta fechada, a fim de debater se aceita ou não o compromisso, que visa evitar uma guerra civil.

Na véspera, antes de partir para a Holanda, o líder do ANC admitira a possibilidade de a Constituição interina ainda vir a ser alterada, de modo a ter em conta os desejos de autonomia manifestados por aqueles afrikaners e pelo rei dos zulus, bem como por Buthelezi. E aceitara a existência de listas separadas para se eleger a Assembleia Nacional e as assembleias das diferentes regiões.

O Presidente Frederik de Klerk, praticamente em sintonia com Mandela, propôs que se efectue no princípio de Março uma sessão especial do Parlamento cessante, de modo a que de facto se proceda a uma revisão constitucional e se convença os grupos mais renitentes a irem às urnas.

Tudo em aberto

Aparentemente, estava-se no bom caminho e a África do Sul poderia vir a adoptar uma estrutura quase federal, com largos poderes autonómicos para as diferentes regiões. Mas a verdade é que por enquanto

Continua na pág. 9

Mandela cede à direita

PÚBLICO, 17.2.94

O PRESIDENTE do Congresso Nacional Africano (ANC), Nelson Mandela, disse ontem que o seu partido encara a hipótese de uma certa autonomia de algumas províncias do país, exigência a que os partidos da Aliança da Liberdade (conservadores brancos e negros) condicionam a sua participação nas próximas eleições. O líder do ANC, citado pela AFP, admitiu esta solução numa improvisada conferência de imprensa que deu no aeroporto de Joanesburgo, antes de abandonar o país para uma visita oficial aos Países Baixos. "Devemos levar a sério os riscos de guerra civil e este é o motivo por que fizemos este compromisso", disse o líder do ANC. Mandela precisou que se trata nomeadamente de inscrever entre os princípios constitucionais o direito "à autodeterminação", de uma disposição estabelecendo "um mecanismo e um processo permitindo encarar a questão" de um "Volkstaat" (estado afrikaner separado), e ainda do eventual alargamento dos poderes das futuras nove províncias sul-africanas. Entretanto, em Kempton Park, arredores de Joanesburgo, a Comissão Eleitoral Independente anunciou que a legalidade das primeiras eleições multirraciais da África do Sul, marcadas para os dias 26 a 28 de Abril, será supervisionada, nas suas nove mil secções de voto, por 180 mil observadores. ■

O jogo das cedências

Em resposta às exigências dos zulus, Mandela aceita alterar a Constituição, para evitar que o país caia na guerra

DAVID BERESFORD
correspondente
em Joanesburgo

UM exercício dramático de equilibrismo político prosseguiu esta semana na África do Sul por iniciativa de Nelson Mandela, aparentemente empenhado em atrair para um acordo decisivo os grupos de direita e o líder zulu, Mangosuthu Buthelezi.

Para muitos observadores na capital sul-africana, Buthelezi jogou uma cartada decisiva com a exigência, apresentada pelo rei da sua tribo, Goodwill Zwelethini, de restauração do reino zulu, perdido pelos seus antepassados para os colonialistas britânicos no século XIX, que coincide com a actual divisão administrativa da província de Kwazulu-Natal. O rei, considerado uma marioneta do chefe Buthelezi, sugeriu uma possível divisão do país ao anunciar que planeava emitir uma Constituição para o seu território.

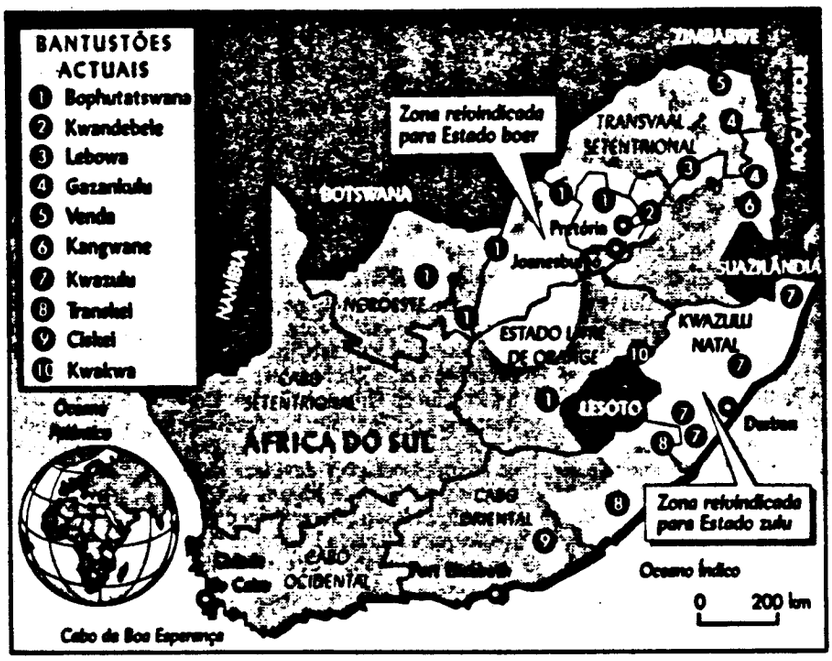
O presidente do ANC respondeu na quarta-feira com uma proposta de compromisso que espantou toda a gente, propondo formas para fortalecer as componentes federais da nova Constituição do país. E ontem de manhã, o ANC admitiu o estabelecimento de uma monarquia constitucional no país, proposta que será analisada nas próximas segunda e terça-feira pelo Conselho Multipartidário de Negociações, fórum que congrega as diversas forças políticas do país. Essa consulta precederá uma eventual discussão nas sessões extraordinárias do Parlamento, previstas para 28 deste mês e 1 de Março.

A direita reagiu cautelosamente à oferta feita em meados da semana, afirmando que precisava de tempo para a analisar, mas Buthelezi não hesitou em rejeitá-la. O líder zulu, conhecido como sendo um obcecado pelo trabalho, emitiu um comunicado cáustico às duas da madrugada, acusando Mandela de reformular velhas propostas para produzir efeitos dramáticos, e falando em «pura hipocrisia» e em «politiquice barata sobre questões de vida e de morte».

Este último impasse entre Buthelezi e o ANC voltou a levantar a questão de se saber se haverá algum espaço para um compromisso — ou se os dois lados estão apenas a manobrar para ganhar um estatuto moral na previsão de um

Continua na pág. 10

EXPRESSO, 19.2.94



Continuação da pág. 8

Mandela ainda espera

tudo continua em aberto, sem que a Aliança da Liberdade constituída pelos recalcitrantes se deixe facilmente convencer das boas intenções de Mandela e De Klerk.

Enquanto os princípios gerais enunciados quarta-feira não forem devidamente explicitados e não houver de facto a nova sessão legislativa para uma adaptação do texto constitucional, as coisas continuam praticamente na mesma, se bem que o líder do ANC haja tido a habilidade suficiente para baralhar ainda mais campos que na verdade não se encontram muito coesos.

Tanto dentro da Frente Popular Afrikaner, de Hertzenberg, Viljoen e Terre'Blanche, como no campo zulu existem diferentes sensibilidades sobre o pretendido grau de autonomia, de modo que uns tendem a dar-se por satisfeitos com aquilo que o ANC e o Governo já cederam e outros continuam a exigir sempre cada vez mais.

O presidente da Aliança da Liberdade, que congrega a Frente e o partido Inkatha, Rowan Cronje, considerou interessantes as propostas conciliatórias de quarta-feira, enquanto Buthelezi mantinha aparentemente a mesma intransigência de sempre. E analistas políticos afirmam que tanto entre a comunidade afrikaner como entre a zulu há largos sectores que desejam mesmo ir às urnas, apesar do boicote determinado por políticos desses campos.

Os afrikaners, entre os quais se conta o Presidente De Klerk, são sensivelmente três milhões de indivíduos de ascendência holandesa, francesa e alemã. Mas só pouco mais de um milhão é que se deixará cativar pelas atitudes duras de pessoas como o general Constand Viljoen ou o neonazi Eugène Terre'Blanche.

De igual modo, entre os quase nove milhões de zulus há uma parte que simpatiza com o ANC e outra que segue as teses autonomistas, aliás nem sempre coincidentes, do rei Goodwill Zwelithini e de seu tio Buthelezi, primeiro-ministro do Kwazulu, um dos bantustões criados pelo regime de "apartheid" há pouco abolido.

Ao fim da tarde de ontem, na Cidade do Cabo, De Klerk voltava a falar uma vez mais em termos muito parecidos com os de Mandela, dizendo também ele ter esperança de que o Inkatha ainda vá às urnas. Mas com todas estas manobras para se tentar garantir um mínimo de estabilidade durante os próximos meses é quase forçoso começar a admitir que as assembleias de voto só possam funcionar alguns dias ou semanas depois da data actualmente marcada, que é de 26 a 28 de Abril. ■ J.M.

Princípios da reconciliação nacional

PÚBLICO, 15.2.94

A UNITA defendeu ontem em Lusaca a "efectiva descentralização" de Angola, bem como a sua participação e a de outros partidos da oposição "em todos os níveis de governação".

Ao entregar à mediação e aos observadores a sua proposta dos princípios gerais da reconciliação nacional do povo angolano, o partido de Jonas Savimbi disse que toda a acção política, económica, social e cultural deve reflectir esse grande objectivo, de modo a que se construa uma sociedade "de progresso e de tolerância".

A UNITA pediu um perdão geral e mútuo para todos os actos ilícitos cometidos até à assinatura do desejável acordo de Lusaca, mas depois de aprovados os princípios gerais ainda se terá de chegar a um compromisso sobre princípios específicos e a forma de os aplicar. O que dá para longas semanas de permanência na capital zambiana.

Entretanto, também tem vindo a ser debatido o mandato da futura Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (Unavem III), mas o número de capacetes azuis a enviar dependerá em última instância daquilo que vier a ser decidido no Conselho de Segurança e das disponibilidades financeiras da organização.

Antes de os negociadores de Lusaca enviarem uma proposta para Nova Iorque, ainda terão de chegar a acordo sobre a extensão da administração do Estado a todo o território angolano, incluindo o Huambo e a Jamba; e sobre a conclusão das eleições presidenciais, que ainda só tiveram a primeira volta, restando agora fazer um desempate entre José Eduardo dos Santos e Jonas Malheiro Savimbi, que foram os candidatos mais votados.

A próxima reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre o complicado processo angolano deverá ser em meados de Março, sendo difícil de acreditar que até lá se consiga despachar todos os pontos da agenda de negociações que ainda se encontram em aberto. ■

GUINÉ-BISSAU PODERÁ TER ELEIÇÕES EM MAIO — A oposição guineense, formada por 11 partidos que estão contra a perpetuação do PAIGC no poder, após duas décadas de governação, exigiu ontem que as primeiras eleições livres, presidenciais e legislativas, sejam agora marcadas para a segunda quinzena de Maio, depois de se ter verificado a impossibilidade técnica de as concretizar na data inicialmente anunciada, 27 de Março. Ainda não foi iniciado o recenseamento eleitoral e o próprio regime já admite ser impossível ir às urnas antes de dois meses, mas a oposição quer agora obrigá-lo à marcação de uma nova data, de preferência durante a segunda quinzena de Maio. Por outro lado, o Forum Democrático, que congrega os oposicionistas, criticou ontem o apoio da França à formação de uma Força de Intervenção Rápida que é considerada "desnecessária num país onde não há motins".

PÚBLICO, 20.2.94

CONSUMADA A CISÃO NO MPD CABO-VERDIANO — O principal dissidente do Movimento para a Democracia que há três anos conquistou o poder em Cabo Verde, Eurico Monteiro, acusou ontem o primeiro-ministro Carlos Veiga de ser "incapaz de gerir o país e administrar o partido", ao mesmo tempo que dizia existirem "indícios de corrupção económica, tráfico de influências e compadrios" a nível do executivo. O antigo ministro de Estado, da Justiça e do Trabalho, que manifestou a intenção de a curto prazo criar um novo partido, declarou que, "em alguns casos", o MPD "foi ainda pior que o PAICV", de Aristides Pereira e Pedro Pires: "Três anos foram suficientes para que um homem e um grupo de loucos acabassem com o partido e mergulhassem Cabo Verde na mais grave crise política de sempre."

Continuação da pág. 9

O jogo das cedências

conflito, que seria profundamente influenciado pela leitura feita pela comunidade internacional quanto às responsabilidades pela quebra de um acordo negociado.

Apesar dos «media» anunciarem a proposta de Mandela como uma importante cedência, é discutível a afirmação de que ela representa uma viragem radical na posição do ANC.

As propostas de uma maior descentralização de poderes para as regiões são vagas ou perderão significado face à eventualidade de, na primeira eleição, o ANC conquistar o poder em praticamente todas as regiões, incluindo o Kwazulu-Natal.

A promessa do ANC de um novo Governo tomar em consideração uma eventual autodeterminação para os «afrikaners», cujos líderes já reivindicaram um Estado «boer», contradiz uma declaração de princípios inicial em que se afirma que «a integridade e a soberania da África do Sul, tal como definidas na Constituição provisória, são uma realidade inalterável».

A justificação alegada por Buthelezi para atacar a proposta de Mandela é a de que o país está à beira de uma ditadura eleita: «Os cães não se açaimam a si próprios e os partidos no poder não fazem constituições que permitam alterações frequentes de governo através do processo eleitoral.»

Mas embora haja muita gente que concorda com as críticas do chefe, outros argumentam que a sua posição é ditada pelo facto de ter compreendido que é tal o enfraquecimento da sua base eleitoral que o seu futuro político pessoal será nulo em regime democrático. Se for verdade, a única hipótese de manter algum poder é continuar na posição de chefe tribal não eleito e herdeiro tradicional do cargo de «primeiro-ministro» do rei — um cargo detido pela sua família desde os tempos de Shaka, o fundador da nação zulu no século XIX.

Em tudo isto, a posição do Governo do Presidente De Klerk é também sujeita a especulações. Verifica-se uma suspeita crescente nas fileiras do ANC de que poderão estar a ser vítimas de um jogo urdido pelo Partido Nacional para, servindo-se do chefe zulu e da extrema-direita, impedir a consumação do acordo estabelecido nas negociações multipartidárias do ano passado. E há sinais de que os nacionalistas consideram que a confrontação os beneficia.

A reacção do Presidente De Klerk à recusa de Buthelezi foi uma previsão confiante de que esta não seria a «oferta final» do ANC e de que teriam lugar mais negociações. Durante este fim-de-semana, o Governo sul-africano manterá contactos com uma delegação do rei Zwelithini, num esquema negocial que se alargará ao ANC.

Mas quaisquer que sejam as perspectivas de acordo, há um sentimento de que o tempo se está a escoar muito depressa. No edifício do World Trade Center, nos arredores de Joanesburgo, cenário do prolongado processo negocial durante dois anos, os gabinetes e salas de conferência estão agora ocupados por uma multidão de burocratas e equipas de consultores, atarefados na preparação das eleições que se realizam dentro de dez semanas.

A Comissão Eleitoral Independente, a quem foi confiada a missão de supervisionar o acto eleitoral de três dias, de 26 a 28 de Abril, está actualmente a recrutar 180 mil «monitores» para vigiar as urnas, tendo além disso de alojar 50 mil «observadores» locais e estrangeiros e cerca de dois mil jornalistas. Cabe-lhe a execução da eleição do século... se conseguirem sobreviver até ao dia das eleições.

Fernando Nogueira fala amanhã com Butros-Ghali

O papel de Portugal na paz de Moçambique

PÚBLICO, 16.2.94

César Camacho

O ministro da Defesa parte hoje para os Estados Unidos para uma visita oficial de três dias, divididos entre o Pentágono, em Washington, e a sede das Nações Unidas, em Nova Iorque. O ponto alto da visita é o encontro de amanhã, com Butros-Ghali, com Moçambique em destaque.

A visita que o ministro da Defesa inicia hoje aos Estados Unidos já estava programada há algum tempo, com marca neste mês de Fevereiro, e tinha por motivação imediata a satisfação dos compromissos assumidos pela Lockheed Aerospace Group quanto à entrega dos primeiros caças-bombardeiros F-16 à FAP. Juntando o útil, foi estabelecida data em que o Governo de Clinton já tem titular na pasta da Defesa, com a nomeação de William Perry, com quem se encontra hoje para falar da política bilateral de Defesa. Ao mesmo tempo é a altura ideal para discutir com o secretário-geral da ONU o papel de Portugal no desenvolvimento do processo de paz em Moçambique. Conjugando esses interesses, Nogueira viaja habilitado com a dupla condição de ministro da Presidência e da Defesa e antes de partir não terá deixado de conversar com o seu par dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso.

Ambos os ministros conhecem o desejo cada vez maior da Itália em retirar-se de Moçambique, diminuindo, pelo menos, a sua supremacia militar na força de paz da ONU. A Brigada Alpina italiana quer ser rendida (o seu comandante, general Fontana, já foi substituído) e o Governo italiano olha para os elevados custos desta participação militar. Em círculos militares italianos já corre o rumor da retirada da sua brigada de elite antes do fim deste ano, "se o processo de paz sofrer atrasos considerados injustificados". Nos "injustificados" estará o incumprimento de prazos para os "dossiers" de desmobilização e acantonamento de forças e constituição das Forças Armadas de Defesa e forças de segurança pública. O atraso neste quadro, tanto quanto se pensa nas diversas chancelarias envolvidas no processo, é motivo suficiente para que a ONU tenha que encarar o adiamento das eleições gerais agora apontadas para Outubro. Neste domínio, tanto o Governo moçambicano como a Renamo insistem em que vão ser capazes de cumprir.

Portugal é naturalmente sensível às pressões para aplicar mais meios militares no processo moçambicano, para além do Batalhão de Transmissões que já mantém no terreno, incluindo a hipótese de substituir parte da Brigada italiana. A objecção está precisamente no quadro oneroso que essa participação representa. Há indicadores quanto à disponibilidade de Portugal facultar efectivos militares — situação desejada pela Renamo e pelo Governo moçambicano —, mas alguém teria que suportar os elevados custos dessa tarefa. Tanto mais que o Estado português já carrega com responsabilidades na formação de quadros e treino de forças militares especiais moçambicanas (fuzileiros, pára-quedistas e comandos), além de dirigir a recuperação de diversas estruturas de aquartelamentos militares. Por outro lado, caberá a Portugal facultar o apoio técnico ao processo eleitoral, também ele considerado complicado.

O último dia da visita de Nogueira é usado para a cerimónia de entrega dos dois primeiros aviões F-16 pelo consórcio fabricante, a Lockheed. O ministro, acompanhado pelo chefe da FAP, general Mendes Dias, desloca-se na sexta-feira a Fort Worth, no Texas, para assistir à cerimónia de entrega dos dois primeiros exemplares, já tripulados por pilotos portugueses. O programa dos F-16 representa cerca de 400 milhões de contos, incluindo os 20 aviões, peças de reserva e formação de pessoal. ■

Fissuras na Aliança da Liberdade

PÚBLICO, 19.2.94

O EFEITO mais claro das aberturas anunciadas quarta-feira pelo líder do ANC, no sentido de aumentar a participação nas eleições gerais sul-africanas, está a ser o surgimento de fissuras na Aliança da Liberdade, constituída pela Frente Popular Afrikaner, o bantustão do Bophutatswana e os zulus afectos ao partido Inkatha.

Governo e ANC procedem actualmente a uma série de consultas com as diversas forças renitentes em ir às urnas, não devendo surgir resultados muito concretos antes do fim do mês; mas é desde já visível que alguns dos componentes da Frente e o Bophutatswana se inclinam a aceitar as aberturas propostas por Nelson Mandela e apadrinhadas pelo Presidente De Klerk.

Houve quem na quarta-feira à noite tivesse entendido que Mandela "cedia" e aceitava o federalismo, tal como houve, 24 horas depois, gente a dizer que os zulus e os boers rejeitavam o compromisso; mas a verdade é muito mais complexa do que isso, num ou noutro sentido, e cheia de nuances.

Nem o líder do ANC disse ter passado a aceitar sem mais nem menos uma solução autênticamente federal para a África do Sul nem as forças da rejeição lhe viraram definitivamente as costas, como se nada mais houvesse a negociar. Pode-se admitir a existência de regiões autónomas sem se ser federalista e pode-se tentar chegar a um compromisso mesmo que em público se minimizem as aproximações feitas pela parte adversária. Tudo está ainda, felizmente, sobre a mesa e "até ao lavar dos cestos é vindima".

A verdade é que os sul-africanos continuam a assistir a múltiplas negociações para que quase todas as forças políticas possam ir às eleições, de modo a que estas sejam o mais representativas possível; e que no princípio de Março vai haver ainda uma sessão especial do Parlamento cessante (só com brancos, mestiços e indianos) para aprovar as alterações constitucionais prometidas por Mandela.

O presidente do Bophutatswana, Lucas Mangope, esteve na semana passada com o líder do ANC e começou já a levantar-se a hipótese de aquele bantustão pseudo-independente vir a deixar a Aliança da Liberdade e a aceitar a integração na África do Sul, como antes já o fizeram o Venda e o Transkei.

Atenção ao rei

Por outro lado, Nelson Mandela deverá conferenciar em breve com o rei dos zulus, Goodwill Zwelithini, pois que este último assumiu recentemente uma nova importância, ao reivindicar a restauração plena do reino herdado de Shaka; e ao surgir como uma espécie de sombra ameaçadora para o seu próprio tio, Mangosuthu Buthelezi, o controverso líder do partido Inkatha.

Na segunda-feira reúne-se o conselho negocial que elaborou a presente Constituição interina, ficando-se depois disso a saber quais as alterações concretas que o Governo e o ANC desejam introduzir no texto, de modo a agradar pelo menos a uma parte dos actuais componentes da Aliança da Liberdade.

As diversas regiões componentes da futura África do Sul, em princípio nove, mas eventualmente 10, poderão vir a gozar de mais poderes do que o previsto; e ficará por escrito a garantia de que a Constituição a elaborar nos próximos anos pela Assembleia que ora vai ser eleita não reduzirá de forma alguma os poderes que de antemão ficarem combinados antes desta primeira chamada às urnas de todos os cidadãos.

Da maestria com que De Klerk e Mandela souberem reger estas semanas cruciais que se estão a viver é que dependerá a relativa tranquilidade da vida sul-africana a médio prazo. ■

Jorge Heitor

Crianças, bombas e minas

Do nosso enviado
António Matos
no Huambo

Edifícios destruídos, estradas esburacadas, falta de água e de luz não são os problemas mais difíceis que continuam por resolver no Huambo, quase um ano depois da violenta batalha dos 55 dias. Há um povo que convive com a ignorância, com a fome, com o ódio, com o abandono e com a morte. Bombardeamentos aéreos indiscriminados e minas enterradas, o perigo espreita por todo o lado. As organizações internacionais (Cruz Vermelha e Programa Alimentar Mundial) têm sido a melhor arma antiaérea e um lenitivo para a falta de víveres. Também o arcebispo do Huambo é considerado um escudo humano contra as bombas que vêm do céu, papel que Francisco Viti aceita, numa entrevista em que recusa colagens à UNITA, o partido que administra a cidade há cerca de um ano.

PÚBLICO, 16.2.94

Sentado no passeio, o sol do meio-dia castigava-lhe a cabeça rapada e uma sarapilheira cobria-lhe o corpo magro. A malária tinha-o atacado e naquela manhã não teve energias para ir à cozinha da Cruz Vermelha, onde ultimamente se alimentava duas vezes por dia. Queria dinheiro para comprar medicamentos. No serviço de urgências do hospital tinham-lhe entregue uma lista carimbada que tentaria aviar num dos mercados da cidade. Pediu dinheiro. Luís Acóbastoira tem 11 anos e é filho de um cubano e de uma angolana. Ambos o abandonaram. Evita falar no assunto. Está sozinho no mundo desde os terríveis 55 dias da batalha do Huambo, há um ano.

Diana Rolt, da Cruz Vermelha, diz-nos que há no Huambo milhares de crianças na mesma situação do Luís, com problemas de subnutrição. Muitas delas abandonadas. Por isso, esta organização pretende instalar na cidade até meados de Março cinco cozinhas com capacidade para fornecerem 500 refeições duas vezes por dia.

No bairro da Chiva, diariamente às 10h e às 15h, juntam-se algumas dezenas de crianças, a quem as enfermeiras fazem medições para avaliar o grau de subnutrição. É que os recursos de que dispõe a Cruz Vermelha no Huambo não são muitos — são transportados nos seus aviões a partir de Benguela, onde têm um barco atracado — e torna-se necessário acorrer apenas às situações mais graves.

Milho na cidade

A carência de géneros alimentares é uma das grandes dificuldades com que se confrontam diariamente os habitantes do Huambo e arredores. Torna-se por isso fácil perceber que quase todos os quintais e espaços públicos da cidade antes ajardinados estejam agora cultivados de milho. As autoridades, da UNITA, percebem que este não é um bom cartão de visita para quem visita a cidade. Até porque está ali um importante foco de mosquitos que pode agravar a situação sanitária pela propagação da malária. Mas o clima é de sobrevivência e de rosas ninguém se alimenta.

O Programa Alimentar Mundial (PAM) e a Cruz Vermelha voltaram desde Outubro a prestar apoio às populações da região. A distribuição de milho para a alimentação e de sementes produziu resultados visíveis. Desde o Cuíto, a nordeste, até ao Huambo, há extensões enormes daquele cereal, de soja, girassol, batata e feijão, que ajudadas pela regular época de chuvas permitem antever um bom ano agrícola na região.

Pelo produto da terra, as pessoas já acreditam em algumas coisa. Nos arredores da Caála, cidade a 20 quilómetros do Huambo em direcção ao litoral, alguns populares com quem falámos encaram, desse ponto de vista, o futuro com optimismo. "Finalmente vamos começar a comer o que é nosso", diz-nos Balieira, um homem dos seus 60 anos, que nunca pensou "que as gentes de Angola viessem a precisar que lhe dessem de comer". A região da Caála era conhecida durante a administração portuguesa do território como o celeiro de Angola.

No dia 6 de Março de 1993, depois de vencer as forças governamentais num dos mais mortíferos confrontos de uma guerra que dura há mais de três décadas, a UNITA herdou uma cidade que é um emaranhado de problemas. Percebem-se algumas preocupações e uma delas é não hostilizar a Igreja Católica. Ambos partilham um papel fundamental na educação. A UNITA procura reabilitar as escolas e a Igreja Católica mantém em funcionamento os seminários. No antigo Liceu Norton de Matos, agora chamado Mutu Yakevela, cerca de 200 professores ensinam 3500 alunos.

A presença das organização humanitárias, para além das ajudas directas, é também considerada na cidade como a mais eficaz das armas anti-aéreas instaladas no Huambo. É que, coincidência ou não, desde 8 de Outubro que a capital do Planalto Central não era fustigada pela aviação governamental. Vários documentos da própria arquidiocese do Huambo atestam esses bombardeamentos que, recorrendo a produtos químicos, fustigaram sobretudo alvos civis.

Viveu-se nesta liberdade nos últimos quatro meses, à procura de uma vida normal. As escolas começaram a funcionar, os mercados também. As ruas preencheram-se e o ruído tenebroso dos aviões bombardeiros deu lugar aos ronronar simpático das aeronaves das organizações humanitárias.

O dia 7 de Fevereiro abalou esta tranquilidade. Três "Sukoi" descarregaram no Huambo várias bombas que apanharam desprevenida a população. E, mais uma vez, nenhum alvo militar foi atingido. Pelo contrário, um bebé de 12 meses e uma rapariga de 16 anos foram mortos. O pânico voltara. Às oito horas ouvia-se um bruá de pânico e fuga em toda a cidade e as escolas fecharam. A Igreja Católica voltou a insurgir-se. Lamentou "os bombardeamentos aéreos à cidade do Huambo, que causaram mortos e feridos, num momento em que as numerosas pessoas que habitam a cidade e os seus bairros já respiravam um certo ar de serenidade e reorganizavam as suas vidas", de acordo com um comunicado dos missionários católicos do Huambo, assinado pelo arcebispo Francisco Viti.

Tudo contra as crianças

Foi num bombardeamento como aquele que morreu a irmã de Jorge, em Abril do ano passado, já depois da batalha entre as duas partes do conflito angolano. O corpo ficou desfeito entre os escombros da casa e mais não pôde ser feito que um enterro simbólico no quintal. Os seis filhos, o mais velho com 15 anos, ficaram à guarda do tio. Médico veterinário, pai de outras duas crianças, Jorge já não tem, aos 30 anos, muitas esperanças: "Se me acontecer alguma coisa eles já não têm ninguém e se calhar acabam por morrer."

Jorge convive diariamente com a morte. No Instituto de Investigação Veterinária de Angola, no Huambo, "todos os dias morre gente com as minas enterradas nos terrenos anexos", diz. Como não tem salário fixo e os bens escasseiam, pega na sua carrinha e percorre vários quilómetros nas áreas que sabe serem controladas pela UNITA para ir à procura das batatas, das galinhas e da fruta suficientes para manter uma casa onde passaram a habitar, de repente, dez pessoas.

Luís está entregue à sua sorte. Naquele dia ainda teve quem olhasse por ele. É que Alcides Gonçalves Cruz — um português que se manteve no Huambo, conservou e ampliou o seu património e goza dos favores da UNITA — lhe deu arroz com feijão para o almoço daquele dia. O dia seguinte será novamente uma incógnita, frágil perante a certeza da malária, que é a primeira causa de morte por doença em Angola, principalmente entre as crianças. ■

Arcebispo do Huambo, Francisco Viti, em entrevista ao PÚBLICO

"Apoiámos o 'inimigo' e o mundo ficou de boca aberta"

PÚBLICO, 16.2.94

O ARCEBISPO do Huambo está preocupado com "a série de graves incidentes" que se têm registado em Angola, pelo que encara com "optimismo moderado" as negociações para restituir a paz ao país. Em entrevista exclusiva ao PÚBLICO, demarca o campo de intervenção da Igreja Católica para recusar o papel de símbolo político que lhe foi atribuído.

Na sua ausência do Huambo, entre Dezembro de 1992 e Dezembro de 1993 — período em que ocorreram os mais sangrentos confrontos entre as forças governamentais e da UNITA —, o clero do Huambo denunciou o genocídio étnico e os bombardeamentos que vitimaram a população civil, com recurso a armas químicas. Francisco Viti — entrevistado no bispado do Huambo, onde os sinais das bombas e dos tiros se mantêm um ano depois da batalha — não hesita em subscrever aquelas atitudes. Em nome das populações e não em nome da UNITA.

PÚBLICO — D. Viti prefere identificar-se como um símbolo da união entre os povos, mas tornou-se, por outro lado, num símbolo político...

FRANCISCO VITI — Mantenho firme a rejeição de ser qualificado como símbolo político. E, se alguém pretende considerar-me assim, é porque, como geralmente sucede entre políticos, uma ou outra parte poderá ter tentado pôr-me do seu lado, para utilizar a posição que ocupo e certo prestígio de que sempre se goza mesmo enquanto padre. Mas não podemos nunca aceitar semelhante posição, porquanto se opõe frontalmente à nossa identidade episcopal. Ora, Cristo pertence a todos e é aliança entre os homens e os povos, o que é incompatível com alinhamentos partidários. Seria trair a identidade da própria Igreja. Em vez de paz, andaríamos a promover conflitos e divisões.

P. — Mas a sua Arquidiocese não hesitou em denunciar os bombardeamentos indiscriminados, as armas químicas e, a certa altura (Dezembro 92), o genocídio étnico a que se assistia, com o retomar da guerra. Essa determinação caiu mal em Luanda e se não o pôs a si numa posição delicada pode ter, de algum modo, posto a Igreja angolana no meio de um conflito...

R. — Sendo de Cristo, a nossa missão é a de proclamar a verdade e defender a vida. Quer agrade quer não — como diria S. Paulo. Fechar os olhos à realidade vivida pelos homens de que somos pastores equivaleria a cair no erro que já denunciou o profeta Ezequiel: em vez de apascentar o povo, apascentar-nos-íamos a nós próprios, buscando o nosso interesse, mas não o de Deus e o dos seus filhos. Nunca foi cómoda esta posição. Há verdades que doem. Nisto, corremos a sorte de Cristo. A verdade é o único caminho para a defesa da fraternidade e solidariedade das gentes que compõem Angola. Ainda que não pareça, só deste modo a Igreja servirá condignamente a "gregos e a troianos".

"Quem me identificou com a UNITA?"

P. — O senhor arcebispo foi solidário com um documento da Arquidiocese de Agosto de 1993 em que se falava de armas químicas?

R. — Não apenas solidário, mas abençoei em nome de Cristo. Este documento mais não faz que descrever a realidade a que estava sujeito o povo.

P. — Lembro-me ainda de que, a certa altura, ainda antes do retorno da guerra, o senhor foi muito identificado com a UNITA...

R. — Pelo que disse atrás, a pergunta já está respondida. Mas, afinal, quem nos identificou com a UNITA? A própria UNITA? O MPLA? A Comunidade Internacional? Os jornalistas?... Sou apenas um pastor da Igreja ao serviço e em solidariedade com todos e cada um dos homens. Defendo o homem irmão.

Queria aqui recordar que os nossos irmãos não são apenas os pequenos nem somente os grandes. A ambos devemos a verdade, justiça e amor. E porque assim é, basta ver a atitude da Igreja no Huambo logo a seguir aos 55 dias de combate fratricida: como mãe de todos, a Igreja não hesitou em assumir pública e oficialmente a defesa e o tratamento até dos militares chamados antimotins deixados inertes, e muitos deles em agonia, no último reduto das tropas governamentais. Baste isto, para sermos breves.

P. — Havia sinais de que o conflito, apesar de 16 meses de paz e da visita do Papa, poderia eclodir. Os bispos de Angola fizeram, aliás, várias chamadas de atenção, a última das quais em Outubro de 92, para esse risco. Mas esses apelos não foram ouvidos, o que leva a crer que a intervenção da Igreja Católica em Angola não foi considerada...

R. — Que os apelos foram ouvidos é uma verdade. Porém, se eles agiram em sentido contrário (como os factos o confirmam), mal vai a nossa sociedade — como diria D. António Ferreira Gomes, de saudosa memória. Mas nem por isso desistimos de, em Igreja, fazer ouvir a nossa voz profética encorajando o bem que se está a fazer e denunciando tudo quanto obste aos caminhos da paz.

"Conheço a minha missão"

P. — A administração do Huambo foi imposta pela UNITA depois de conquistar militarmente uma posição. Na sua missão, tem, naturalmente, de dialogar e cooperar com essas autoridades. Isso torna difícil a articulação com a Igreja em Luanda que tem relações formais com o Estado, cujo aparelho é dominado pela outra parte do conflito angolano. O senhor arcebispo está, por isso, num papel difícil...

R. — É realmente delicada a minha posição. Mas também é simples porque, em Luanda como no Huambo, o ponto de encontro, diálogo e cooperação com quem detém a autoridade é a promoção do bem integral da pessoa humana, a qual constitui razão de ser de toda e qualquer sociedade. Conheço a minha missão e as vias do seu cumprimento são claras: independência de domínios e responsabilidades e diálogo. E porque a Igreja como tal está situada num campo equidistante das partes em conflito, temos o facto de os bispos, padres e irmãs transitarem das zonas controladas por uma das partes para a outra, num ritmo que quase diríamos de reciprocidade. É assim que, sem alardes nem pretensões, a Igreja actua como uma ponte de reencontro entre irmãos desavindos.

P. — As relações com a Igreja Católica portuguesa poderão, de algum modo, dar mais força à Igreja angolana? Qual o estado dessas relações, já que em Portugal só muito raramente as autoridades eclesiásticas se referem ao drama do povo angolano?

R. — Não é só no campo civil, também na Igreja (mais do que em qualquer outra sociedade) que a união faz a força. Há, pois, vantagens recíprocas no relacionamento estreito da Igreja em Angola e em Portugal. São, de facto, vários os domínios abertos à nossa colaboração fraterna: ela vai da liturgia aos meios de comunicação social, passando pela escola e pelo ensino, a vários níveis, nomeadamente no que se refere à Universidade Católica.

A solidariedade da Igreja portuguesa, a fim de minorar as consequências trágicas da guerra no combate contra a fome e contra outras carências vitais das nossas martirizadas populações é digna de menção especial.

Oxalá fosse um escudo

P. — Um alto quadro militar da UNITA dizia-me que enquanto o senhor arcebispo estiver na cidade não receia que haja povos bombardeamentos. É, de certa forma, a atribuição a si do papel de escudo humano contra novas agressões...

R. — Oxalá que a minha presença no meio do povo fosse, de facto, um escudo de respeito pelo direito à vida destas populações. Promovemos o amor, o perdão e a reconciliação mas não temos armas nem mísseis. É por isso que a questão do diálogo se impõe a quantos, de algum modo, detêm a autoridade no país.

P. — A Igreja Católica pode ter aumentado as suas responsabilidades no apoio às populações desprotegidas. De que meios dispõem para esse apoio?

R. — Exemplificando e alargando um pouco mais a afirmação feita atrás, quando padres, freiras, seminaristas,

Continua na pág. 14

Continuação da pág. 13

"Apoiámos o 'inimigo' e o mundo ficou de boca aberta"

leigos avançaram corajosamente para feridos, sobretudo do lado considerado inimigo, o mundo ficou de boca aberta, porque muitos que se tornaram alvo do carinho e serviço da Igreja diziam: "A nossa missão era acabar convosco mas, afinal, sois quem nos defende para não morrermos."

A Igreja foi pioneira no reabrir, limpar e reabilitar as instalações hospitalares. Religiosas, seminaristas, noviças, postulantes... puseram-se ao dispor dos feridos e doentes para servi-los como enfermeiros e cozinheiros voluntários. O povo cristão também deu um grande exemplo de fraternidade para com o irmão caído ao apadrinhar os doentes e os feridos, dando-lhes do pouco que lhes sobrava da comida e da roupa que ainda possuía. Isto, na primeira fase.

Com a chegada das ajudas humanitárias — pelas quais a Igreja tanto se bateu — a situação vai melhorando aos poucos. A Cáritas, apoiada pela solidariedade da Igreja universal, pelo PAM [Programa Alimentar Mundial] e pela União Europeia, sente-se feliz por ver alargado o campo do socorro aos ameaçados de morte à fome, de falta de medicamentos e de vestuário. Temos, porém, de confessar que o mar de gente que nos pede socorro, ultrapassa, de longe, os recursos de que dispomos.

Objecto da nossa predilecção é o prisioneiro cujo trato condigno tem constituído matéria de conversa com os responsáveis. Alegrámo-nos em saber que as condições das prisões não são as mesmas que as de antes. A Cáritas e os homens de boa vontade têm contribuído para esta melhoria de condições. A esta e àqueles o nosso obrigado em nome dos presos. Cristo identifica-se com o prisioneiro. No dia do Juízo, o preso será objecto de responsabilidade retribuída conforme o respeito e o amor que se tiver para com ele ou o desprezo e a cobardia a que for votado.

P. — Está optimista quanto ao sucesso das negociações de paz?

R. — Estou com um optimismo moderado. Digo que sou optimista porque confio na responsabilidade dos negociadores de Lusaca e de todos os que interferem nas negociações. Repito o que sempre disse: quem ama Angola leva os angolanos a viverem como irmãos e nunca como inimigos a liquidar-se. Mas o meu optimismo é moderado, porque a série de graves incidentes que se têm ouvido nesta ou naquela parte do país gera apreensões fundadas.

P. — Acha que a divisão de Angola é o caminho inevitável para acabar o conflito que dura há quase 20 anos?

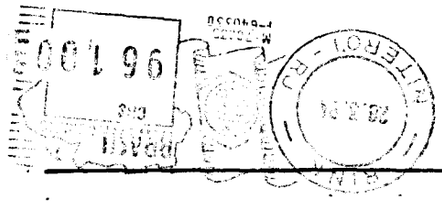
R. — Sempre vivemos unidos como um só povo. É nosso voto pastoral e, ao mesmo tempo, muito humano, que ninguém atente contra esta harmonia da família angolana promovendo climas contrários como os de ódio discriminatório e de desprezo pelo irmão. Não temos autoridade em questões técnicas de política. A bandeira de Cristo nunca foi nem se deve confundir com a bandeira de César. ■

Do nosso enviado
António Matos, no Huambo

COMANDANTE DA ONU DEIXA MOÇAMBIQUE — O comandante das forças militares da ONU em Moçambique, o general brasileiro Lélio Gonçalves, vai ser substituído, anunciou ontem o próprio à agência Lusa. O chefe do contingente de 6239 "capacetes azuis" e 330 observadores militares termina o seu contrato no próximo dia 13 de Fevereiro. O contrato tinha a duração de um ano. O oficial disse desconhecer ainda o nome do seu sucessor, pelo que a chefia das forças da ONU deverá ficar interinamente entregue ao segundo comandante, o brigadeiro bengali Anis Hoor Rahman. Lélio Gonçalves desmentiu que a sua saída tenha alguma coisa a ver com as acusações recentemente formuladas pela organização humanitária norueguesa Reed Barna a militares italianos da Onumoz sobre a alegada "exploração sexual de crianças" moçambicanas. "Uma coisa nada tem a ver com a outra", disse o general brasileiro, recordando que não foi a primeira vez que as tropas das Nações Unidas foram alvo de acusações. Antes, os contingentes de Portugal, do Uruguai e do Bangladesh foram citados por atropelos cuja veracidade não foi confirmada.

PÚBLICO, 16.2.94

PAC PRECONIZA EXPROPRIAÇÃO SEM INDEMNIZAÇÕES — O movimento negro de extrema-esquerda Congresso Pan-Africano (PAC), que não chega a contar com dois por cento das intenções de voto, preconizou ontem, na África do Sul, a expropriação sem direito a qualquer tipo de indemnização das "terras roubadas aos africanos". Ao apresentar na província do Cabo o manifesto eleitoral, o presidente daquela formação radical, Clarence Makwetu, acrescentou que para recuperar as terras actualmente ocupadas pelos brancos — e que constituem a maioria do país, excepção feita aos bantustões —, o PAC seria até capaz, se necessário, de voltar à luta armada que suspendeu há pouco mais de um mês. O manifesto defende que se acabe com a propriedade privada da terra e que o Estado distribua uma parcela a cada família. Entretanto, houve tiros e cabanas queimadas depois de milhares de partidários do Inkatha terem estado a ouvir o seu líder, Mangosuthu Buthelezi [redacted]. No regresso do comício em Taylor's Halt, província do Natal, pararam numa zona favorável ao ANC e entraram em conflito.

PÚBLICO, 21.2.94

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, do Conjunto Universitário Candido Mendes. **Edição:** Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). **Apoio:** Fundação Ford. **Produção Gráfica:** Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). **Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à** (*Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to*): **Sociedade Brasileira de Instrução – Centro de Estudos Afro-Asiáticos – Rua da Assembléia, 10/Conj. 501 – CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil – Tel. (021)531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021)531-2155. – Assinatura anual:** *Instituições internacionais:* US$ 250.00; *Instituições nacionais:* US$ 200.00; *Pesquisadores:* US$ 100.00 (Dólar comercial). *We ask exchange.*